

Renato Marcão

Advogado. Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo aposentado.

Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra.

Mestre em Direito Penal, Político e Econômico. Professor convidado em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores do Ministério Público e da Magistratura Nacional.

CURSO DE PROCESSO PENAL

8ª edição

Revista, reformulada e atualizada
de acordo com a Lei n. 14.365 e a
Emenda Constitucional n. 125, de 2022.

2023

**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva** grsAv. Paulista, 901, Edifício CVK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC**

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
 Laudemir Marinho dos Santos
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Deborah Mattos
 Lais Soriano
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Ione Franco
Revisão Denise Pisaneschi
Capa Lais Soriano
Produção gráfica Mari Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento PlenaPrint

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

M313c Marcão, Renato
 Curso de processo penal / Renato Marcão. –
 8. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.
 848 p.
 ISBN: 978-65-5362-122-0 (Impresso)

1. Processo penal. 2. Crimes. 3. Princípios.
 4. Ação. 5. Procedimento. I. Título.

2022-3755 CDD 345
 CDU 343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345
 2. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 23-12-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 713261 CL 607060 CAE 791950

saraiva

Sumário

<i>Apresentação</i>	IX
---------------------------	----

CAPÍTULO 1

Introdução

1. Conceito de Direito.....	1
2. Origem e Missão do Direito Penal.....	1
3. Breve Desenvolvimento Histórico da Pena Criminal.....	2
4. Necessidade de Regras Procedimentais Democráticas.....	3
5. Direito de Punir.....	4
6. Jurisdição.....	5
7. Processo.....	5
8. Procedimento.....	6
9. Atos Processuais.....	6
10. Relação Jurídica Processual.....	7
11. Direito Processual Penal.....	7
12. Finalidades do Processo Penal.....	8
13. Princípios do Processo Penal.....	8
13.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	9
13.2. Princípio da legalidade.....	10
13.3. Princípio do devido processo legal.....	10
13.4. Princípio da oficialidade.....	11
13.5. Princípio do juiz natural.....	11
13.6. Princípio do promotor natural.....	12
13.7. Princípios da obrigatoriedade, indisponibilidade, oportunidade ou conveniência e disponibilidade.....	12
13.8. Princípio da publicidade.....	13
13.9. Princípio acusatório e princípio da iniciativa das partes.....	15
13.10. Princípio do impulso oficial.....	15
13.11. Princípios da indeclinabilidade da jurisdição e da correlação.....	15
13.12. Princípio da igualdade processual.....	16
13.13. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	16
13.14. Princípios da celeridade e economia processual.....	18
13.15. Princípios da duração razoável do processo e da prisão cautelar.....	19
13.16. Princípio da verdade real.....	19
13.17. Princípios da presunção de inocência e <i>favor rei</i>	20
13.18. Princípio da imparcialidade do juiz.....	21
13.19. Princípio da fundamentação das decisões judiciais.....	22
13.20. Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento fundamentado.....	23
13.21. Princípio <i>ne bis in idem</i>	23
14. Sistemas de Processo Penal.....	24

XII CURSO DE PROCESSO PENAL

14.1. Classificação.....	24
14.1.1. Sistema inquisitivo.....	24
14.1.2. Sistema acusatório	25
14.1.3. Sistema misto	25
14.2. Sistema adotado no Brasil	25

CAPÍTULO 2**Juiz das Garantias**

1. Juiz das Garantias.....	27
1.1. Competência	28
1.1.1. Controle imediato de legalidade da prisão	28
1.1.2. Controle de legalidade da instauração, continuação e duração da investigação criminal	29
1.1.3. Decidir sobre decretação e prorrogação de medidas cautelares.....	30
1.1.4. Decidir sobre produção antecipada de provas	31
1.1.5. Decidir sobre meios de obtenção de provas.....	31
1.1.6. Julgar <i>habeas corpus</i>	32
1.1.7. Decidir sobre a instauração de incidente de insanidade mental	33
1.1.8. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa.....	34
1.1.9. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal	34
1.1.10. Decidir sobre outros temas.....	34
1.2. Cessaçãõ da competência	36
1.3. Remessa dos autos ao juiz da instrução e julgamento	36
1.4. Observações finais.....	37

CAPÍTULO 3**Fontes do Direito Processual Penal e
Interpretação da Lei Processual Penal**

1. Fontes do Direito Processual Penal.....	39
1.1. Conceito.....	39
1.2. Classificação.....	39
1.3. Fontes materiais	39
1.4. Fontes formais	40
1.5. Doutrina, jurisprudência e analogia	40
2. Interpretação da Lei Processual Penal	41
2.1. Espécies de interpretação.....	42
2.2. Interpretação autêntica.....	42
2.3. Interpretação doutrinária	42
2.4. Interpretação judicial	42
2.5. Interpretação gramatical ou literal	43
2.6. Interpretação lógica ou teleológica.....	43
2.7. Interpretação histórica	43
2.8. Interpretação sistemática	43
2.9. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva	43
3. Analogia e Interpretação Analógica.....	44
4. Diferença entre Interpretação Extensiva e Analogia	44

CAPÍTULO 4

Lei Processual Penal no Espaço

1. Noções Introdutórias	47
2. Lei Processual Penal no Espaço	47
3. Atos de Cooperação Internacional	48
4. Leis de Organização Judiciária	48
5. Lugar da Infração Penal	48
6. Tratados, Convenções e Regras de Direito Internacional	48
7. Tensão entre Regras Dispostas em Tratados Internacionais e o Direito Interno	49
8. Regras sobre Proteção a Direitos Humanos	50
9. Crimes de Responsabilidade Praticados pelo Presidente da República, Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal	50
10. Imunidades Parlamentares	51
10.1. Imunidades parlamentares durante o estado de sítio	52
11. Imunidade Diplomática/Consular	52
12. Processos de Competência da Justiça Militar	53
13. Processos da Competência de Tribunal Especial	53
14. Processos por Crimes de Imprensa	54
15. Aplicação Subsidiária do CPP	54

CAPÍTULO 5

Lei Processual Penal no Tempo

1. <i>Vacatio Legis</i> e Vigência	55
2. Revogação	55
3. Repristinação	56
4. Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Princípio da Incidência Imediata	56
5. Norma de Natureza Mista	56

CAPÍTULO 6

Inquérito Policial

1. Persecução Penal	59
2. Polícia Judiciária	59
3. Inquérito Policial	60
3.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	61
3.2. Destinatários	61
3.3. Características do inquérito policial	61
3.3.1. Oficialidade	62
3.3.2. Autoridade	62
3.3.3. Oficiosidade	62
3.3.4. Obrigatoriedade	62
3.3.5. Materialização na forma escrita	63
3.3.6. Ausência de ampla defesa e contraditório pleno	63
3.3.6.1. Servidores investigados	64
3.3.7. Indisponibilidade	65
3.3.8. Sigiloso	65

XIV CURSO DE PROCESSO PENAL

3.3.8.1. Organização criminosa	67
3.3.9. Procedimento prescindível.....	68
3.3.10. Função asseguradora	68
4. Competência	68
5. Valor Probatório.....	70
6. Vícios ou Irregularidade no Inquérito Policial	70
7. Instauração do Inquérito	71
7.1. Justa causa para instauração de inquérito	73
7.2. <i>Notitia criminis</i>	74
7.3. <i>Delatio criminis</i>	75
7.3.1. Formas de delação	75
7.3.2. Delação anônima	76
7.4. Instauração visando à apuração de delito de ação penal pública incondicionada	77
7.5. Instauração a requerimento do ofendido	77
7.6. Instauração para apuração de delito de ação penal pública condicionada.....	78
7.6.1. Delito de ação penal pública condicionada à representação	78
7.6.1.1. Representação do ofendido	78
7.6.1.2. Retratação da representação.....	79
7.6.2. Delito de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	79
7.6.2.1. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça	79
7.6.2.2. Requisição ministerial <i>versus</i> requisição ministerial	79
7.6.3. O Ministério Público pode requisitar instauração de inquérito de ação penal pública condicionada?	80
7.7. Instauração visando à apuração de delito de ação penal privada	80
7.8. Instauração em razão de flagrante delito.....	80
7.9. Instauração de inquérito para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo	81
8. Diligências.....	81
8.1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal	82
8.2. Preservação do local	83
8.3. Apreensão e coleta de vestígio.....	84
8.3.1. Busca e apreensão realizada em escritório de advocacia	84
8.4. Oitiva do ofendido	85
8.5. Identificação e oitiva do investigado.....	86
8.5.1. Oitiva de investigado menor de 21 anos	88
8.5.2. Oitiva do investigado no auto de prisão em flagrante	88
8.6. Reconhecimento de pessoas e coisas	89
8.6.1. Reconhecimento fotográfico.....	89
8.7. Acareações.....	89
8.8. Exame de corpo de delito e outras perícias	90
8.9. Averiguação da vida pregressa do investigado	90
9. Oitiva de Testemunhas.....	91
10. Depoimento Especial: Oitiva de Criança ou Adolescente, Vítima ou Testemunha de Violência	92
11. Reprodução Simulada dos Fatos	93
12. Interceptação Telefônica.....	94
12.1. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	96
12.2. Acesso a mensagens de WhatsApp	96
13. Leis Especiais.....	97

13.1.	Lei Maria da Pena	97
13.1.1.	Representação da ofendida	99
13.2.	Lei de Drogas	99
13.3.	Lei de Combate ao Crime Organizado	100
13.4.	Crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente	100
13.5.	Lei n. 13.344/2016 (Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas)	101
13.5.1.	Sobre o art. 13-A do CPP	101
13.5.2.	Sobre o art. 13-B do CPP	103
14.	Incomunicabilidade	104
15.	Indiciamento	105
15.1.	Lei n. 9.034/95 (Lei de Combate ao Crime Organizado)	105
15.2.	Lei n. 9.613/98 (Crimes de Lavagem de Dinheiro)	106
15.3.	Lei n. 12.037/2009 (Regula a Identificação Criminal)	106
15.4.	Membros do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública	107
15.5.	Indiciamento tardio	107
16.	Prazo para Conclusão do Inquérito	108
16.1.	Prazos especiais	109
16.2.	Contagem do prazo	109
16.3.	Prorrogação do prazo	110
16.3.1.	Investigado preso	110
16.3.2.	Investigado solto	111
16.3.3.	O Ministério Público e o pedido de prorrogação de prazo	111
16.3.4.	O juiz frente ao pedido de prorrogação de prazo	111
17.	Materialização e Encerramento do Inquérito	112
17.1.	Conteúdo do relatório	112
18.	Remessa do Inquérito Relatado ao Juiz Competente	113
19.	Outras Formas de Investigação	113
19.1.	Termo circunstanciado	114
19.2.	CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	114
19.3.	Investigação conduzida pelo Ministério Público	116
19.3.1.	Crítica	119
19.4.	Investigação de delito praticado por parlamentar	120
19.5.	Delito cometido nas dependências do Congresso Nacional	120
19.6.	Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público ou por magistrado	120
19.6.1.	Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público	120
19.6.2.	Investigação de delito praticado por magistrado	121
19.7.	Inquérito policial militar	121
20.	Controle Externo da Atividade Policial	121

CAPÍTULO 7

O Ministério Público e o Ofendido, frente ao inquérito policial relatado

1.	O Ministério Público e o Inquérito Policial Relatado	123
1.1.	Prazo para manifestação do Ministério Público	123
1.2.	Requisição de novas diligências	123

XVI CURSO DE PROCESSO PENAL

1.3.	Pedido de extinção da punibilidade	124
1.4.	Pedido de remessa dos autos a outro juízo	124
1.5.	Pedido de abertura de vista dos autos a outro Promotor de Justiça	124
1.6.	Promoção de arquivamento do inquérito	125
1.7.	Acordo de não persecução penal	125
1.7.1.	Homologação do acordo	127
1.7.2.	Descumprimento do acordo	128
1.7.3.	Registros oficiais	129
1.8.	Oferecimento de denúncia	129
1.9.	Delito de ação penal privada	129
2.	O Ofendido e o Inquérito Policial Relatado	130
2.1.	Delito de ação penal privada exclusiva	130
2.2.	Delito de ação penal pública	130
3.	Arquivamento do Inquérito	131
3.1.	Arquivamento implícito	132
3.2.	Arquivamento indireto	132
3.3.	A instância de revisão ministerial frente ao arquivamento	132
3.3.1.	Arquivamento em grau de competência originária	133
4.	Desarquivamento ou Reabertura de Inquérito	133
5.	Ajuizamento de Ação Penal	134

CAPÍTULO 8**Ação Penal**

1.	Perspectiva Histórica da Pena Criminal e do Direito de Ação	135
2.	Fundamento Constitucional do Direito de Ação	135
3.	Conceito	135
4.	Natureza e Características	136
5.	Classificação das Ações Penais	136
6.	Condições da Ação no Processo Penal	137
6.1.	Condições genéricas da ação	138
6.1.1.	Possibilidade jurídica do pedido	138
6.1.2.	Legitimação <i>ad causam</i>	139
6.1.3.	Interesse de agir	139
6.2.	Condições específicas ou de procedibilidade	141
6.3.	Justa causa para a ação penal	141
7.	Das Ações Penais	142
7.1.	Da ação penal pública	142
7.1.1.	Ação penal pública incondicionada	143
7.1.1.1.	Titularidade	143
7.1.1.2.	Princípios	143
7.1.1.2.1.	Princípio da oficialidade	144
7.1.1.2.2.	Princípio da oficiosidade	145
7.1.1.2.3.	Princípio da obrigatoriedade	145
7.1.1.2.4.	Princípio da indisponibilidade ou indesistibilidade	146
7.1.1.2.5.	Princípio da indivisibilidade	146
7.1.1.2.6.	Princípio da intranscendência	147

7.1.2.	Ação penal pública condicionada.....	147
7.1.2.1.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	147
7.1.2.1.1.	Quem pode formular representação.....	148
7.1.2.1.2.	A representação: natureza jurídica e forma	149
7.1.2.1.3.	Prazo e destinatários da representação.....	149
7.1.2.1.4.	Retratação da representação.....	151
7.1.2.1.5.	Retratação da retratação	151
7.1.2.1.6.	Renúncia ao direito de representação.....	151
7.1.2.1.7.	Eficácia objetiva e não vinculação	152
7.1.3.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	152
7.1.3.1.	Requisição do Ministro da Justiça	152
7.1.3.2.	Prazo para a requisição e conteúdo	153
7.1.3.3.	Retratação da requisição.....	153
7.1.3.4.	Eficácia objetiva	154
7.1.3.5.	Destinatários da requisição.....	154
7.1.3.6.	Não vinculação do Ministério Público	154
7.1.4.	Ação penal privada.....	155
7.1.4.1.	Princípios que regem a ação penal privada.....	156
7.1.4.1.1.	Princípio da oportunidade ou conveniência	156
7.1.4.1.2.	Princípio da disponibilidade	156
7.1.4.1.3.	Princípio da intranscendência	156
7.1.4.1.4.	Princípio da indivisibilidade	156
7.1.4.2.	Quem pode formular queixa-crime.....	157
7.1.4.3.	Queixa-crime; querelante e querelado; conteúdo, prazo e destinatário.....	158
7.1.4.4.	O Ministério Público e o art. 19 do CPP.....	159
7.1.4.5.	Procurador com poderes especiais.....	159
7.1.4.6.	Ação penal privada exclusiva e ação penal privada personalíssima.....	160
7.1.4.7.	Ação penal privada subsidiária da pública.....	161
7.1.4.8.	Renúncia ao exercício do direito de queixa.....	161
7.1.4.9.	Perdão do ofendido.....	162
7.1.4.10.	Perempção.....	164
7.1.4.11.	Intervenção fiscalizadora do Ministério Público nas ações penais privadas	165
8.	Causas de Extinção da Punibilidade.....	165
9.	Custas Processuais, Taxa Judiciária e Sucumbência	166

CAPÍTULO 9

Petição Inicial da Ação Penal: Denúncia ou Queixa-Crime

1.	Noções Preliminares e Conceito.....	169
2.	Requisitos da Denúncia ou Queixa.....	169
2.1.	Endereçamento.....	169
2.2.	Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias	169
2.2.1.	Denúncia ou queixa no concurso de agentes	171
2.3.	Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.....	173
2.4.	Classificação do delito.....	173
2.5.	Pedido de condenação.....	174
2.6.	Rol de testemunhas.....	174

XVIII CURSO DE PROCESSO PENAL

2.7.	Deve ser escrita na língua oficial.....	175
2.8.	Indicação do local e data de sua elaboração.....	175
2.9.	Identificação do subscritor.....	175
2.10.	Assinatura.....	175
2.11.	Infração cuja pena máxima cominada seja superior a 6 (seis) anos de reclusão.....	176
3.	Prazos.....	176
3.1.	Prazo para o oferecimento da denúncia.....	176
3.2.	Prazo para o oferecimento da queixa.....	177
3.3.	Prazos para aditamento da denúncia ou queixa.....	177
4.	Rejeição e Recebimento da Denúncia ou Queixa.....	178

CAPÍTULO 10**Ação Civil Ex Delicto**

1.	Introdução.....	179
2.	Execução Civil da Sentença Penal Condenatória.....	179
2.1.	Revisão criminal e suas consequências.....	180
2.2.	Sentença que concede perdão judicial.....	180
2.3.	Sentença de absolvição imprópria.....	180
2.4.	Sentença que reconhece prescrição.....	180
3.	Ajuizamento das Ações Civil e Penal de Conhecimento.....	181
4.	Causas de Exclusão da Antijuridicidade.....	182
5.	Independência das Jurisdições Penal e Civil.....	183
6.	Legitimidade Ativa.....	183
7.	Legitimidade Passiva.....	184
8.	Competência Jurisdicional e Prazo Prescricional.....	185

CAPÍTULO 11**Jurisdição e Competência**

1.	Introdução.....	187
2.	Jurisdição.....	187
2.1.	Jurisdição penal e jurisdição extrapenal.....	188
2.2.	Jurisdição especial e jurisdição comum ou ordinária.....	188
2.3.	Jurisdição estadual e jurisdição federal.....	189
2.4.	Jurisdição inferior e jurisdição superior.....	189
2.5.	Jurisdição de primeiro grau e jurisdição de segundo grau.....	189
2.6.	Jurisdição política ou extraordinária.....	189
2.7.	Características e elementos da jurisdição.....	189
2.8.	Princípios da jurisdição.....	190
2.8.1.	Princípio da indeclinabilidade.....	190
2.8.2.	Princípio da titularidade ou da inércia (<i>ne procedat iudex ex officio</i>).....	190
2.8.3.	Princípio da investidura.....	191
2.8.4.	Princípio do juiz natural, ou juiz competente.....	191
2.8.5.	Princípio da indelegabilidade (<i>delegatus iudex non potest subdelegare</i>).....	191
2.8.6.	Princípio da improrrogabilidade da jurisdição, ou princípio da aderência.....	191
2.8.7.	Princípio da irrecusabilidade.....	192
2.8.8.	Princípio da unidade.....	192

2.8.9. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	192
2.8.10. Princípio da correlação	192
2.8.11. Princípio do duplo grau de jurisdição	192
3. Competência.....	192
3.1. Modalidades de competência	194
3.1.1. Competência interna e competência internacional.....	194
3.1.2. Competência absoluta e competência relativa.....	195
3.1.2.1. Prorrogação de competência.....	195
3.1.3. Competência funcional.....	196
3.1.4. Delegação de competência.....	197
3.2. Divisão constitucional de competências	197
3.2.1. Supremo Tribunal Federal.....	198
3.2.2. Superior Tribunal de Justiça.....	199
3.2.3. Tribunais Regionais Federais.....	199
3.2.4. Juizes Federais.....	200
3.2.5. Tribunais de Justiça Estaduais	200
3.2.5.1. Justiça Militar.....	200
3.3. Garantias dos juizes e vedações constitucionais.....	203
3.4. Regras de delimitação de competência no Código de Processo Penal.....	203
3.4.1. Competência pelo lugar da infração	204
3.4.1.1. Outras observações pertinentes.....	206
3.4.2. Competência pelo domicílio ou residência do réu	206
3.4.3. Competência em razão da natureza da infração.....	207
3.4.3.1. Desaforamento.....	209
3.4.3.2. Deslocamento de competência.....	209
3.4.3.3. Súmulas do STF e do STJ a respeito de competência em razão da natureza da infração.....	210
3.4.4. Competência por distribuição.....	213
3.4.5. Competência em razão de conexão ou continência	213
3.4.5.1. Conexão.....	213
3.4.5.1.1. Modalidades de conexão.....	214
3.4.5.2. Continência.....	216
3.4.5.3. Foro prevalente.....	217
3.4.5.3.1. Competência para avocar processo.....	219
3.4.5.4. Separação de processos.....	220
3.4.5.4.1. Separação obrigatória.....	220
3.4.5.4.2. Separação facultativa.....	221
3.4.5.5. Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>).....	221
3.4.6. Competência por prevenção.....	222
3.4.7. Competência originária ou por prerrogativa de função.....	223
3.4.7.1. Competência por prerrogativa de função na jurisdição política.....	226
3.4.7.2. Foro competente após o fim da investidura no cargo.....	226
3.4.7.3. Exceção da verdade oposta em relação a quem tem foro privilegiado.....	227
3.4.7.4. Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> competência do Tribunal do Júri.....	228
4. Disposições Especiais.....	229

CAPÍTULO 12

Questões e Processos Incidentes

1. Introdução.....	231
2. Das Questões Prejudiciais.....	231
3. Dos Procedimentos Incidentes.....	233
3.1. Das exceções.....	233
3.1.1. Exceção de suspeição.....	234
3.1.1.1. Oportunidades, modalidades e legitimidade.....	235
3.1.1.2. Forma, juiz competente, processamento e ataque recursal.....	236
3.1.1.3. Exceção de suspeição contra membro do Ministério Público.....	238
3.1.1.4. Exceção de suspeição contra perito; intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça.....	239
3.1.1.5. Exceção de suspeição contra jurado.....	239
3.1.1.6. Exceção de suspeição contra delegado de polícia.....	239
3.1.1.7. Convalidação da nulidade que decorre da suspeição.....	240
3.1.2. Exceção de incompetência do juízo.....	240
3.1.2.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	240
3.1.2.2. Teoria do juízo aparente.....	242
3.1.3. Exceção de litispendência.....	242
3.1.3.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	243
3.1.3.2. Litispendência e incompetência de juízo.....	243
3.1.3.3. Litispendência e inquérito policial.....	244
3.1.4. Exceção de ilegitimidade de parte.....	244
3.1.4.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	245
3.1.5. Exceção de coisa julgada.....	245
3.1.5.1. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	246
3.1.5.2. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	247
3.1.6. Regras gerais sobre as exceções.....	247
3.2. Das incompatibilidades e impedimentos.....	248
3.3. Conflito de competência.....	249
3.3.1. Modalidades de conflito.....	250
3.3.2. Pressupostos e objeto do conflito.....	251
3.3.3. Legitimidade para suscitar o conflito.....	251
3.3.4. Conflito em sede de execução penal.....	251
3.3.5. Arguição, processamento e decisão.....	252
3.3.6. Competência para julgar conflito.....	253
3.3.7. Recurso contra decisão proferida em conflito de competência.....	254
3.3.8. Avocatória.....	254
3.3.9. Conflito de atribuições.....	255
3.4. Da restituição das coisas apreendidas.....	256
3.4.1. Bens que não comportam restituição.....	257
3.4.1.1. Direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.....	257

3.4.2.	Restituição pela autoridade policial	258
3.4.3.	Restituição judicial. Procedimento	258
3.4.4.	Coisa adquirida com os proventos da infração.....	259
3.4.5.	Destinação dos objetos apreendidos.....	259
3.4.6.	Ataque recursal.....	260
3.5.	Das medidas assecuratórias	260
3.5.1.	Sequestro.....	261
3.5.1.1.	Bens que podem ser sequestrados.....	261
3.5.1.2.	Momento da decretação.....	262
3.5.1.3.	Requisitos	262
3.5.1.4.	Juiz competente e legitimação ativa	262
3.5.1.5.	Procedimento	263
3.5.1.6.	Ataque recursal.....	263
3.5.1.7.	Cabimento de embargos e competência para julgamento.....	263
3.5.1.8.	Levantamento do sequestro.....	264
3.5.2.	Especialização de hipoteca legal.....	265
3.5.2.1.	Requisitos	265
3.5.2.2.	Bens sujeitos à hipoteca legal.....	265
3.5.2.3.	Legitimação ativa. Quem pode requerer?	266
3.5.2.4.	Momento em que pode ser requerida.....	266
3.5.2.5.	Requerimento e procedimento	266
3.5.2.6.	Ataque recursal.....	267
3.5.3.	Arresto.....	267
3.5.3.1.	Bens suscetíveis de penhora.....	267
3.5.3.2.	Modalidades	268
3.5.3.3.	Requisitos	268
3.5.3.4.	Legitimidade ativa.....	268
3.5.3.5.	Momento em que pode ser requerido.....	268
3.5.3.6.	Requerimento e procedimento	268
3.5.3.7.	Levantamento do arresto.....	269
3.5.3.8.	Alienação antecipada.....	269
3.5.3.9.	Ataque recursal.....	269
3.6.	Do incidente de falsidade.....	270
3.7.	Da insanidade mental do acusado.....	271
3.7.1.	Cabimento, legitimidade ativa, instauração, processamento e ataque recursal.....	271
3.7.1.1.	Perito ou peritos?.....	272
3.7.2.	Conclusões possíveis e suas conseqüências	272
3.7.2.1.	Duração da medida de segurança substitutiva.....	274

CAPÍTULO 13

Prova

1.	Introdução.....	275
2.	Conceito, Destinatário e Finalidade	276
3.	Objeto da Prova.....	276
3.1.	Fato axiomático ou evidente.....	277
3.2.	Verdade sabida ou fato notório.....	277

XXII CURSO DE PROCESSO PENAL

3.3.	Fato incontroverso.....	277
3.4.	Presunções.....	277
3.5.	Prova do direito	278
4.	Classificação da Prova.....	278
5.	Ônus da Prova.....	279
5.1.	Ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do tipo	281
5.2.	Produção de prova por iniciativa do juiz.....	282
5.3.	Momento de se produzir prova: limites objetivos.....	283
6.	Meios de Prova e Sujeito de Prova.....	284
7.	Cadeia de Custódia e Atividade Probatória em Juízo.....	285
7.1.	Cadeia de custódia.....	285
7.2.	Atividade probatória em juízo.....	287
8.	Sistemas de Valoração das Provas.....	288
8.1.	Sistema adotado no CPP vigente.....	289
8.2.	Os outros dois sistemas e o CPP.....	290
9.	Princípios Reguladores	291
9.1.	Princípio da liberdade de prova.....	291
9.2.	Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	291
9.3.	Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	291
9.4.	Princípio da audiência contraditória	291
9.5.	Princípio da comunhão da prova	291
9.6.	Princípio da concentração.....	292
9.7.	Princípio da oralidade	292
9.8.	Princípio da publicidade	292
9.9.	Princípio do livre convencimento fundamentado.....	292
9.10.	Princípio da imediatidade	292
9.11.	Princípio da verdade real	292
9.12.	Princípio da identidade física do juiz.....	293
10.	Das Provas em Espécie	293
10.1.	Do Exame de Corpo de Delito e Perícias em Geral.....	293
10.1.1.	Perícia: conceito e natureza jurídica	293
10.1.2.	Da prova pericial: procedimento	294
10.1.2.1.	Sistemas de avaliação da prova pericial.....	295
10.1.2.2.	Quem pode determinar o exame pericial?.....	296
10.1.2.3.	Indeferimento do pedido de exame pericial	296
10.1.2.4.	Perícia feita por carta precatória.....	296
10.1.2.5.	Necessidade de contraditório judicial.....	296
10.1.3.	Do exame de corpo de delito.....	297
10.1.3.1.	Exame de corpo de delito direto e indireto.....	298
10.1.4.	Das perícias em geral	298
10.1.4.1.	Autópsia ou necropsia	299
10.1.4.2.	Exumação e exame cadavérico.....	299
10.1.4.3.	Lesões corporais	300
10.1.4.4.	Local onde houver sido praticada a infração penal.....	301
10.1.4.5.	Perícias de laboratório	302
10.1.4.6.	Destruição ou rompimento de obstáculo e escalada	302
10.1.4.7.	Avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime	302

10.1.4.8.	Incêndio	303
10.1.4.9.	Exame grafotécnico	303
10.1.4.10.	Instrumentos empregados para a prática do delito	304
10.1.4.10.1.	Aprensão e perícia da arma empregada em crime de roubo	305
10.1.5.	Prova pericial nos crimes sexuais	306
10.1.6.	Exames de alcoolemia e teste do “bafômetro”	306
10.1.7.	Do interrogatório do acusado	307
10.1.7.1.	Conceito	307
10.1.7.2.	Natureza jurídica	308
10.1.7.3.	Obrigatoriedade e ausência de interrogatório	309
10.1.7.4.	Momento do interrogatório	309
10.1.7.5.	Local do interrogatório	310
10.1.7.6.	Características	310
10.1.7.7.	Divisão temática do interrogatório	311
10.1.7.8.	Direito de permanecer calado	312
10.1.7.9.	Conteúdo do interrogatório de mérito	312
10.1.7.9.1.	Interrogatório negativo	313
10.1.7.10.	Intervenção das partes no interrogatório	313
10.1.7.10.1.	Participação defensiva no interrogatório de corréu	314
10.1.7.11.	Formalização do interrogatório	314
10.1.7.12.	Pluralidade de acusados. Interrogatório em separado	315
10.1.7.13.	Interrogatório do réu preso	315
10.1.7.13.1.	Interrogatório por videoconferência	316
10.1.7.14.	Interrogatório do mudo, do surdo e do surdo-mudo	317
10.1.7.15.	Interrogatório de quem não fala a língua nacional	317
10.1.7.16.	Interrogatório da pessoa jurídica	317
10.1.7.17.	Presença de curador especial no interrogatório	318
10.1.7.17.1.	Curador ao réu menor	318
10.1.7.17.2.	Índios e doentes mentais	319
10.1.7.18.	Renovação de interrogatórios	319
10.1.7.19.	Condução coercitiva para interrogatório	319
10.1.8.	Da confissão	320
10.1.8.1.	Conceito e objeto	321
10.1.8.2.	Natureza jurídica	321
10.1.8.3.	Requisitos de validade	322
10.1.8.4.	Modalidades de confissão	322
10.1.8.4.1.	Confissão tácita ou ficta	323
10.1.8.5.	Características	323
10.1.8.5.1.	Divisibilidade	323
10.1.8.5.2.	Retratibilidade	323
10.1.8.6.	Momento da confissão	324
10.1.8.6.1.	Confissão extrajudicial	324
10.1.8.7.	Confissão e chamada de corréu	325
10.1.8.8.	Delação e colaboração premiadas	326
10.1.8.9.	Atenuante genérica e crime de autoacusação falsa	328
10.1.8.10.	Valor probatório da confissão	329
10.1.9.	Do ofendido	329

XXIV CURSO DE PROCESSO PENAL

10.1.9.1.	Conceito	329
10.1.9.2.	Natureza jurídica	330
10.1.9.3.	Inquirição.....	330
10.1.9.3.1.	Reperguntas ao ofendido	331
10.1.9.3.2.	Possibilidade de condução coercitiva.....	331
10.1.9.4.	O ofendido não comete crime de desobediência.....	331
10.1.9.5.	O ofendido como elemento de prova	331
10.1.9.6.	O ofendido como fonte de prova.....	332
10.1.9.7.	Dispensa do compromisso de dizer a verdade.....	332
10.1.9.8.	O ofendido não comete crime de falso testemunho	332
10.1.9.9.	Comunicação ao ofendido dos atos processuais.....	332
10.1.9.10.	Atendimento multidisciplinar ao ofendido	333
10.1.9.11.	Preservação da intimidade do ofendido.....	333
10.1.9.12.	Valor probatório das declarações do ofendido	334
10.1.10.	Das testemunhas	334
10.1.10.1.	Conceito	335
10.1.10.2.	Natureza jurídica	335
10.1.10.3.	Quem pode ser testemunha	335
10.1.10.4.	Características da prova testemunhal	335
10.1.10.5.	Classificação	336
10.1.10.6.	Dever de testemunhar	337
10.1.10.6.1.	Exceções ao dever de testemunhar	338
10.1.10.6.2.	Exceção às exceções do dever de testemunhar.....	338
10.1.10.7.	Proibição de testemunhar	339
10.1.10.7.1.	Exceção à proibição de testemunhar.....	339
10.1.10.8.	Momento para arrolar testemunhas.....	340
10.1.10.9.	Número de testemunhas que se pode arrolar	340
10.1.10.10.	Chamamento para testemunhar e dever de comparecimento	341
10.1.10.10.1.	Ocupantes de cargos públicos de alto escalão	341
10.1.10.10.2.	Militares e funcionários públicos	342
10.1.10.10.3.	Ausência injustificada da testemunha	342
10.1.10.11.	Acomodações prévias e colheita de depoimentos em separado	342
10.1.10.12.	Do compromisso	343
10.1.10.13.	Da inquirição em juízo	343
10.1.10.13.1.	Testemunha surda, muda e surda-muda	344
10.1.10.13.2.	Testemunha que não conhece a língua nacional	345
10.1.10.13.3.	Depoimento especial: oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência.....	345
10.1.10.13.4.	Recusa da testemunha em fornecer dados de sua qualificação ou fornecimento de dados falsos	345
10.1.10.13.5.	Recusa em depor	345
10.1.10.14.	Da contradita e da arguição de defeito	345
10.1.10.15.	Perguntas diretamente pelas partes	347
10.1.10.16.	Impressões pessoais da testemunha	349
10.1.10.17.	Redação e formalização do depoimento	350
10.1.10.18.	Inquirição de testemunha sem a presença do acusado	350
10.1.10.18.1.	Hipóteses do art. 217 do CPP.....	350

10.1.10.18.2. Ausência de requisição do acusado preso	351
10.1.10.19. Local da inquirição	352
10.1.10.20. Carta precatória, carta rogatória e carta de ordem.....	352
10.1.10.21. Audiência em local especialmente designado	353
10.1.10.22. Produção antecipada da prova testemunhal.....	354
10.1.10.23. Corréu como testemunha	354
10.1.10.24. Depoimento infantil	354
10.1.10.25. Depoimento de policial	355
10.1.10.26. Valor probatório da prova testemunhal	356
10.1.10.27. Falso testemunho	356
10.1.10.28. Lei de proteção à testemunha	357
10.1.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas	357
10.1.11.1. Conceito e modalidades	358
10.1.11.2. Natureza jurídica	358
10.1.11.3. Formalidades.....	358
10.1.11.3.1. Reconhecimento por videoconferência	358
10.1.11.4. Reconhecimento de pessoa	358
10.1.11.4.1. Reconhecimento em juízo	360
10.1.11.5. Reconhecimento fotográfico	361
10.1.11.6. Reconhecimento de objeto	362
10.1.11.7. Reconhecimento de voz	362
10.1.11.8. Várias pessoas chamadas a fazer reconhecimento	362
10.1.11.9. Valor probatório do reconhecimento	362
10.1.12. Da acareação	363
10.1.12.1. Conceito e finalidade.....	363
10.1.12.2. Natureza jurídica	364
10.1.12.3. Momento de sua realização	364
10.1.12.4. Admissibilidade, pressuposto e objeto	364
10.1.12.5. Procedimento	364
10.1.12.6. Valor probatório	365
10.1.13. Dos documentos	365
10.1.13.1. Conceito	365
10.1.13.2. Natureza jurídica e objeto	366
10.1.13.3. Momento de se produzir prova documental	366
10.1.13.4. Classificação	367
10.1.13.5. Ônus da prova documental.....	368
10.1.13.6. Produção de prova documental por iniciativa do juiz	368
10.1.13.7. Fotografia de documento	369
10.1.13.8. Documento inteiro	369
10.1.13.9. Cartas particulares.....	369
10.1.13.10. Documento em língua estrangeira	370
10.1.13.11. As públicas formas e sua conferência judicial	370
10.1.13.12. Incidente de falsidade documental	370
10.1.13.13. Desentranhamento e devolução de documento	371
10.1.13.14. Valor do documento como prova.....	371
10.1.14. Prova emprestada.....	372
10.1.14.1. Conceito	372

10.1.14.2.	Natureza jurídica	372
10.1.14.3.	Valor probatório.....	372
10.1.15.	Dos indícios	374
10.1.15.1.	Conceito	374
10.1.15.2.	Natureza jurídica	374
10.1.15.3.	Classificação dos indícios	374
10.1.15.4.	Presunção	375
10.1.15.5.	Indício <i>versus</i> presunção	376
10.1.15.6.	Contraindícios.....	376
10.1.15.7.	Valor probatório dos indícios	377
10.1.16.	Da busca e apreensão	377
10.1.16.1.	Distinção	378
10.1.16.2.	Conceito	378
10.1.16.3.	Natureza jurídica	378
10.1.16.4.	Momentos para realização	379
10.1.16.5.	Iniciativa.....	379
10.1.16.6.	Mandado de busca: (des)necessidade	380
10.1.16.7.	Finalidades, modalidades, cabimento, condição e taxatividade.....	380
10.1.16.8.	Busca domiciliar	381
10.1.16.8.1.	Busca em repartições públicas	382
10.1.16.8.2.	Documento em poder do defensor	383
10.1.16.8.3.	Cautelas e procedimento.....	383
10.1.16.8.4.	Regras especiais.....	384
10.1.16.9.	Busca pessoal.....	384
10.1.16.9.1.	Busca em mulher	384
10.1.16.9.2.	Desnecessidade de mandado.....	385
10.1.16.10.	Diligência de apreensão em território de jurisdição alheia.....	385
11.	Produção Antecipada de Prova	386
12.	Atividade Probatória na Execução Penal.....	387
13.	Prova Ilícita	388
13.1.	Prova ilícita por derivação	389
13.2.	Serendipidade. Encontro causal ou fortuito de prova	391
13.3.	<i>Fishing expedition</i>	391
13.4.	Teoria da proporcionalidade.....	392
13.5.	Prova ilícita em favor do acusado	392
14.	Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos	393
14.1.	Captação ambiental clandestina realizada por um dos interlocutores.....	393
15.	Interceptação Telefônica.....	394
15.1.	Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i>	395
16.	Violação De Correspondência.....	395
17.	Psicografia e Prova Penal.....	396

CAPÍTULO 14

Sujeitos Processuais

1.	Introdução.....	399
2.	Do Juiz	400

2.1.	Garantias da magistratura	401
2.2.	Vedações	401
2.3.	O juiz e o processo de natureza criminal	402
2.4.	Impedimento e suspeição	402
3.	Do Ministério Público	403
3.1.	Garantias e vedações	403
3.2.	O Promotor de Justiça e o processo de natureza criminal	404
3.3.	Impedimento e suspeição	405
3.4.	Princípio do promotor natural	405
4.	Do Acusado	406
4.1.	Direito de defesa	407
4.2.	Condução coercitiva do acusado para colaborar com a produção de prova	408
4.3.	Outros direitos assegurados	410
5.	Do Defensor	410
5.1.	Constituição de defensor	413
5.2.	Impedimento	413
6 .	Do Curador Especial	414
7.	Do Assistente	414
7.1.	Tipo de processo em que se admite a figura do assistente	415
7.2.	Quem pode figurar como assistente	416
7.2.1.	Regras dispostas no CPP	416
7.2.2.	Pessoa jurídica de direito público ou privado como assistente	416
7.3.	Ingresso do assistente no processo	418
7.4.	Recebimento do processo no estado em que se encontrar	419
7.5.	Abandono da causa pelo assistente	419
7.6.	Corréu como assistente	419
7.7.	Faculdades processuais	420
8.	Dos Funcionários da Justiça	422
9.	Dos Peritos e Intérpretes	422
9.1.	Disciplina legal	423
9.2.	Impedimento e suspeição	423

CAPÍTULO 15

Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória

1.	Regras Gerais	425
1.1.	Crítérios para decretação	425
1.2.	Contraditório prévio e contraditório diferido	425
1.3.	Substituição, cumulação ou revogação da medida aplicada	426
1.3.1.	Decretação de prisão preventiva	427
1.4.	Modalidades	428
1.4.1.	Sobre a prisão em razão de condenação proferida ou mantida em Segundo Grau de Jurisdição, sem trânsito em julgado	429
1.5.	Formalidades e concretização da prisão	430
1.6.	Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante	431
1.7.	Cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça	431

1.8.	Fuga e prisão	432
1.9.	Separação de presos provisórios	432
1.10.	Prisão especial.....	432
1.11.	Uso de algemas.....	434
2.	Da Prisão em Flagrante	434
2.1.	Natureza jurídica.....	435
2.2.	Sujeitos do flagrante	436
2.2.1.	Sujeito ativo	436
2.2.1.1.	Flagrante facultativo.....	436
2.2.1.2.	Flagrante obrigatório ou compulsório.....	437
2.2.2.	Sujeito passivo	437
2.3.	Excepcionalidade da prisão em flagrante	438
2.4.	Prisão em flagrante no interior de residência.....	438
2.5.	Infrações que admitem prisão em flagrante	439
2.6.	Autoridade competente.....	439
2.7.	Classificações.....	440
2.7.1.	Flagrante em sentido próprio	440
2.7.2.	Flagrante impróprio	441
2.7.3.	Flagrante presumido	442
2.7.4.	Flagrante preparado ou provocado.....	443
2.7.5.	Flagrante forjado	444
2.7.6.	Flagrante esperado	445
2.7.7.	Flagrante prorrogado, protelado, diferido, retardado ou postergado.....	445
2.8.	Flagrante em situações particulares.....	446
2.8.1.	Flagrante em crime permanente.....	446
2.8.2.	Flagrante em crime habitual.....	447
2.8.3.	Flagrante em crime continuado.....	448
2.8.4.	Flagrante em crime de ação penal pública condicionada.....	449
2.8.5.	Flagrante em crime de ação penal privada	450
2.8.6.	Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais	450
2.8.7.	Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente	451
2.8.8.	Apresentação espontânea do autor da infração penal	452
2.9.	Formalização da prisão em flagrante	452
2.9.1.	Lavratura do auto de prisão em flagrante	453
2.9.1.1.	Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	454
2.9.2.	Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante.....	454
2.9.3.	Condutor.....	455
2.9.4.	Testemunhas e vítima.....	455
2.9.5.	Interrogatório	456
2.9.6.	Escrivão.....	458
2.9.7.	Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções.....	458
2.9.8.	Nota de culpa.....	458
2.10.	Recolhimento ao cárcere	459
2.10.1.	Hipóteses em que o autuado “se livra solto”	459
2.10.2.	Liberdade provisória mediante fiança	459
2.11.	Comunicação da prisão: controle imediato.....	459

2.11.1. Controle jurisdicional.....	459
2.11.2. Controle ministerial	461
2.12. Audiência de apresentação/custódia	461
2.12.1. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante	465
2.13. Relaxamento da prisão em flagrante.....	466
3. Da Prisão Preventiva.....	467
3.1. Conceito.....	468
3.2. Natureza jurídica.....	468
3.3. Constitucionalidade	468
3.4. Momento da decretação	469
3.5. Modalidades.....	470
3.5.1. Prisão preventiva obrigatória, automática ou compulsória.....	470
3.6. Quem pode decretar prisão preventiva	471
3.6.1. Decretação <i>ex officio</i>	471
3.7. Quem pode postular a decretação	472
3.7.1. Requerimento do Ministério Público.....	472
3.7.2. Requerimento do querelante.....	472
3.7.3. Requerimento do assistente	473
3.7.4. Representação da autoridade policial.....	473
3.8. Requisitos para a decretação	474
3.8.1. Pressupostos.....	475
3.8.1.1. Prova da existência do crime	475
3.8.1.2. Índícios suficientes da autoria.....	475
3.8.1.3. <i>Periculum libertatis</i>	476
3.8.2. Hipóteses de cabimento.....	476
3.8.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.....	476
3.8.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa	477
3.8.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia.....	478
3.8.2.4. Art. 313, § 1º, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente	479
3.8.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares	480
3.9. Circunstâncias autorizadoras.....	481
3.9.1. Garantia da ordem pública.....	482
3.9.2. Garantia da ordem econômica.....	483
3.9.3. Conveniência da instrução criminal.....	483
3.9.4. Assegurar a aplicação da lei penal.....	483
3.10. Decretação da prisão preventiva.....	484
3.10.1. Contraditório na decretação	484
3.11. Condição especial impeditiva da prisão preventiva.....	485
3.12. Conversão da prisão em flagrante em preventiva	485
3.13. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva.....	486
3.14. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia.....	486
3.15. Decretação por força da revelia. A questão do art. 366 do CPP.....	487
3.16. Art. 23, <i>caput</i> , I, II e III, do CP	487
3.17. Necessidade de decisão fundamentada.....	487
3.18. Prazo de duração da prisão preventiva	489

3.19.	Revogação e nova decretação	490
3.20.	Relaxamento da prisão preventiva	490
3.21.	Revisão da prisão preventiva anteriormente decretada	490
3.22.	Reação defensiva à decretação da prisão preventiva	491
3.23.	Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar	491
4.	Prisão Cautelar Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva	491
4.1.	Conceito	492
4.2.	Natureza jurídica	492
4.3.	Pressuposto e hipóteses de cabimento	492
4.3.1.	Pessoa maior de 80 anos	494
4.3.2.	Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave	495
4.3.3.	Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência	495
4.3.3.1.	Pessoa menor de 6 anos de idade	495
4.3.3.2.	Pessoa portadora de deficiência	496
4.3.4.	Gestante	496
4.3.5.	Mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos	496
4.3.6.	Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos de idade incompletos	497
4.4.	Necessidade de prova idônea	497
4.5.	Quem pode requerer	497
4.6.	Substituição <i>ex officio</i>	498
4.7.	Momento em que pode ser concedida	498
4.8.	Condições de permanência	498
4.9.	Domicílio ou residência?	499
4.10.	Pluralidade de residências	499
4.11.	Momento de se conceder autorização de saída da residência	499
4.12.	Descumprimento de condição do benefício	499
4.12.1.	Descumprimento justificável	500
4.12.2.	Revogação definitiva	500
4.13.	Detração	500
4.14.	Preso que não tem defensor	500
4.15.	Possibilidade de <i>habeas corpus</i>	500
5.	Da Prisão Temporária	501
5.1.	Conceito	501
5.2.	Natureza jurídica	501
5.3.	Cabimento	501
5.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações	502
5.3.2.	Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade	502
5.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inciso III	503
5.3.4.	Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento	504
5.4.	Quem pode postular a decretação	505
5.5.	Quem pode decretar	505
5.6.	Decisão que aprecia pedido de prisão temporária	505
5.7.	Procedimento	506

5.8.	Prazo da prisão	506
5.8.1.	Generalidade dos casos.....	506
5.8.2.	Crimes hediondos e assemelhados	507
5.8.3.	Término da prisão temporária	508
5.8.4.	Excesso de prazo na prisão temporária	508
6.	Liberdade Provisória mediante Fiança	508
6.1.	Liberdade provisória como gênero	509
6.2.	Conceito.....	509
6.3.	Natureza jurídica.....	509
6.4.	Finalidade	510
6.5.	Cabimento	510
6.5.1.	Inafiançabilidade por determinação constitucional	510
6.5.2.	Inafiançabilidade conforme as regras do CPP	510
6.6.	Quem pode postular	511
6.7.	Quem pode arbitrar	512
6.7.1.	A autoridade policial	512
6.7.2.	O juiz	513
6.7.3.	Fiança junto aos tribunais	513
6.8.	Momento da concessão	514
6.9.	Quem pode prestar fiança	514
6.10.	Destinação da fiança	514
6.11.	Obrigações do afiançado	514
6.12.	Valor da fiança	515
6.13.	Extinção da fiança	515
6.13.1.	Fiança quebrada	515
6.13.1.1.	Consequências do quebramento	517
6.13.2.	Fiança perdida	517
6.13.3.	Fiança cassada	517
6.13.4.	Fiança sem efeito.....	518
6.14.	Sentença no processo de conhecimento	518
6.14.1.	Absolvição	518
6.14.2.	Condenação.....	518
6.15.	Fiança dispensada	518
6.16.	Fiança reduzida e fiança aumentada	519
6.17.	Fiança restaurada ou restabelecida	519
6.18.	O Ministério Público e a fiança	519
6.19.	Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão	519
6.19.1.	Implicações da extinção	520
6.20.	Reação defensiva	520
7.	Liberdade Provisória sem Fiança	520
7.1.	Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional	521
7.2.	Conceito.....	521
7.3.	Natureza jurídica	522
7.4.	Quem pode postular	522
7.5.	Quem pode conceder	522
7.6.	Momento da concessão.....	522
7.7.	Regulamentação do CPP	523

7.7.1.	Art. 310 do CPP	523
7.7.1.1.	Sobre o § 1º do art. 310 do CPP	524
7.7.1.2.	Sobre o § 2º do art. 310 do CPP	525
7.7.2.	Art. 321 do CPP	525
7.7.3.	Art. 350 do CPP.....	526
7.8.	A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança	527
7.8.1.	A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP	527
7.9.	Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança.....	528
7.9.1.	A decisão que nega e seus fundamentos.....	528
7.9.2.	A decisão que concede e seus fundamentos	530
7.10.	Crimes hediondos e assemelhados.....	530
7.11.	Tráfico de drogas	530
7.11.1.	O art. 44 da Lei de Drogas.....	530
7.11.2.	A vedação a fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança	531
7.11.3.	Declaração de inconstitucionalidade da vedação	531
7.12.	Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal	532
7.13.	Revogação da liberdade provisória sem fiança.....	532
8.	Medidas Cautelares Restritivas Diversas da Prisão	532
8.1.	Previsão legal.....	533
8.2.	Conceito	533
8.3.	Natureza jurídica.....	533
8.4.	Pressuposto.....	534
8.5.	Cabimento	534
8.6.	Quem pode decretar	535
8.7.	Decretação <i>ex officio</i>	535
8.8.	Quem pode postular a decretação	535
8.9.	Momento da decretação	536
8.10.	Decretação	536
8.11.	Substituição, revogação e nova decretação	537
8.11.1.	Ampla defesa e contraditório na revogação	537
8.11.2.	Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva	537
8.12.	Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão.....	537
8.12.1.	Comparecimento periódico em juízo.....	538
8.12.2.	Proibição de frequentar determinados lugares.....	538
8.12.3.	Proibição de contato com pessoa determinada	538
8.12.4.	Proibição de ausentar-se da comarca.....	539
8.12.5.	Recolhimento domiciliar	539
8.12.6.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	540
8.12.7.	Internação provisória	541
8.12.8.	Fiança	542
8.12.9.	Monitoramento eletrônico	543
8.12.10.	Proibição de ausentar-se do país.....	544
8.13.	Fiscalização das medidas	544
8.14.	Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar.....	545
8.15.	Reação defensiva contra a decretação	545

8.16. Prazo de duração e extinção da medida cautelar	545
8.17. Detração.....	546

CAPÍTULO 16

Fatos e Atos Processuais

1. Conceito	547
2. Tipos de Atos Processuais.....	547
3. Atos Praticados pelas Partes.....	548
4. Atos Jurisdicionais.....	548
5. Atos Praticados por Auxiliares da Justiça.....	549
5.1. Termos.....	550
6. Atos Praticados por Terceiros.....	550

CAPÍTULO 17

Citação e Intimação

1. Introdução.....	551
2. Citação.....	551
2.1. Modalidades de citação.....	552
2.1.1. Citação pessoal	552
2.1.1.1. Citação por mandado.....	552
2.1.1.2. Citação por carta precatória	553
2.1.1.2.1. Carta precatória itinerante.....	555
2.1.1.3. Citação por carta rogatória.....	555
2.1.1.4. Citação por carta de ordem	555
2.1.1.5. Citação por requisição	556
2.1.1.6. Citação do funcionário público.....	556
2.1.1.7. Citação do réu preso.....	557
2.1.1.8. Citação do incapaz	557
2.1.2. <i>Citação por edital</i>	558
2.1.2.1. Outras hipóteses em que cabível a citação por edital.....	559
2.1.2.2. Requisitos formais do edital de citação.....	560
2.1.2.3. Publicação do edital.....	561
2.1.3. Citação por hora certa.....	561
2.1.4. Efeitos da citação válida.....	562
2.1.5. Revelia.....	563
2.1.5.1. O art. 366 do CPP e seus desdobramentos.....	563
2.1.5.1.1. Suspensão do processo em razão da revelia.....	564
2.1.5.1.1.1. Requisitos para a suspensão do processo.....	564
2.1.5.1.1.2. Recurso adequado contra a decisão que suspende, ou não, o curso do processo	564
2.1.5.1.2. Suspensão do prazo prescricional	565
2.1.5.1.3. Produção antecipada de provas.....	565
2.1.5.1.4. Decretação da prisão preventiva.....	566
2.1.5.2. Revelia nos termos do art. 367 do CPP	567
3. Intimação	568
3.1. Conceito.....	569

3.2.	Procedimento.....	569
3.3.	Intimação e requisição de réu preso para audiência	570
3.4.	Intimação por meio eletrônico.....	570

CAPÍTULO 18

Sentença e Coisa Julgada

1.	Sentença	571
1.1.	Requisitos intrínsecos da sentença	572
1.1.1.	Sentença oral	574
1.2.	Princípio da correlação	575
1.3.	<i>Emendatio libelli</i>	575
1.4.	<i>Mutatio libelli</i>	577
1.4.1.	Desclassificação de crime doloso para culposo.....	579
1.5.	Sobre o art. 385 do CPP	579
1.6.	Sentença absolutória	581
1.7.	Sentença condenatória.....	583
1.8.	Sentença datilografada	586
1.9.	Publicação da sentença	586
1.10.	Intimação da sentença	586
1.11.	Embargos de declaração	587
1.12.	Prisão resultante de sentença condenatória recorrível	587
2.	Coisa Julgada	589
2.1.	Conceito.....	589
2.2.	Elementos.....	589
2.3.	Fundamento	590
2.4.	Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada	590
2.5.	Coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão	591
2.6.	Coisa julgada e coisa soberanamente julgada	591
2.7.	Exceção de coisa julgada.....	591

CAPÍTULO 19

Procedimentos

1.	Introdução.....	593
2.	Processo e Procedimento	593
3.	Princípios Incidentes	594
4.	Procedimento Comum e Procedimento Especial	595
4.1.	Procedimento comum	596
4.1.1.	Procedimento ordinário	596
4.1.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa	596
4.1.1.1.1.	Inépcia manifesta	597
4.1.1.1.2.	Falta de condição da ação ou de pressuposto processual	598
4.1.1.1.2.1.	Pressupostos e exceções processuais	599
4.1.1.1.3.	Justa causa	599
4.1.1.1.4.	Recurso contra a decisão de rejeição.....	601
4.1.1.2.	Suspensão condicional do processo	601
4.1.1.3.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	603

4.1.1.3.1.	Desclassificação da conduta por ocasião do despacho de recebimento	604
4.1.1.4.	Citação e resposta escrita	605
4.1.1.5.	Absolvição sumária	606
4.1.1.6.	Audiência de instrução e julgamento	608
4.1.2.	Procedimento sumário	611
4.1.3.	Procedimento sumaríssimo: Juizados Especiais Criminais	612
4.2.	Procedimentos especiais	616
4.2.1.	Procedimento previsto para os crimes de responsabilidade praticados por funcionário público	616
4.2.2.	Procedimento previsto para os crimes contra a honra	619
4.2.2.1.	Exceção da verdade	622
4.2.2.1.1.	Exceção da verdade oposta em relação a quem goza de foro privilegiado	623
4.2.3.	Procedimento previsto para os crimes contra a propriedade imaterial	624
4.2.3.1.	Destinação dos bens apreendidos	626
4.2.4.	Procedimento para restauração de autos extraviados ou destruídos	627
4.2.4.1.	Restauração de autos de execução extraviados ou destruídos	629

CAPÍTULO 20

Procedimento Relativo aos Processos de Competência do Tribunal do Júri

1.	Fundamentação Constitucional	631
2.	Competência	631
3.	Plenitude de Defesa	632
4.	Da Acusação e da Instrução Preliminar	633
4.1.	Da absolvição sumária, da desclassificação, da impronúncia e da pronúncia	635
4.1.1.	Absolvição sumária	635
4.1.2.	Desclassificação	637
4.1.3.	Impronúncia	639
4.1.4.	Pronúncia	639
4.1.4.1.	Fundamentação da decisão de pronúncia	640
4.1.4.2.	Decretação de prisão preventiva	642
4.1.4.3.	Intimação da decisão de pronúncia	642
4.1.4.4.	Alteração da pronúncia em razão de circunstância superveniente	642
4.1.4.5.	Despronúncia	643
4.2.	Da preparação do processo para julgamento em plenário	643
4.3.	Desaforamento	644
4.4.	Organização da pauta e designação do julgamento	646
4.5.	Dos jurados	646
4.5.1.	Alistamento	647
4.5.2.	Sorteio e convocação	649
4.5.3.	Exercício da função de jurado e modalidades de recusas previstas	650
4.5.3.1.	Prisão especial para quem tenha exercido função de jurado	652
5.	Composição do Tribunal do Júri e Julgamento em Plenário	652
5.1.	Verificações e providências iniciais	653
5.2.	Formação do Conselho de Sentença	656

XXXVI CURSO DE PROCESSO PENAL

5.3.	Instrução em plenário	658
5.4.	Debates	662
5.4.1.	Aparte	666
5.5.	Quesitos	666
5.5.1.	Formulação	666
5.5.2.	Votação	667
5.5.2.1.	Ordem de votação	669
5.6.	Sentença	671
5.7.	Ata dos trabalhos	672
5.8.	Execução provisória compulsória de condenação igual ou superior a 15 anos	673

CAPÍTULO 21**Nulidades**

1.	Introdução	675
2.	Conceito	675
3.	Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa	676
4.	Princípios Incidentes	677
4.1.	<i>Pas de nullité sans grief</i>	678
4.2.	Instrumentalidade das formas	679
4.3.	<i>Netio auditur propriam turpitudines allegans</i>	679
4.4.	Não se declara nulidade cujo reconhecimento só interessa à parte contrária	680
4.5.	Não se declara nulidade de ato irrelevante	680
4.6.	Princípio da causalidade	681
4.7.	Princípio da convalidação	681
5.	Nulidades Absolutas e Relativas: Hipóteses Previstas	683
5.1.	Advertências necessárias	683
5.2.	Hipóteses de nulidade absoluta	683
5.2.1.	Considerações destacadas	684
5.2.1.1.	Incompetência do juízo	684
5.2.1.2.	Ilegitimidade do representante da parte	685
5.2.1.3.	Omissões da denúncia ou queixa	685
5.3.	Hipóteses de nulidade relativa	685
6.	Momento Oportuno para Arguição de Nulidade	686
6.1.	Súmula 160 do Supremo Tribunal Federal	686
7.	Atos Irregulares e Atos Inexistentes	687
8.	Nulidade em Inquérito Policial	689

CAPÍTULO 22**Recursos**

1.	Sobre o Inconformismo	691
2.	Fundamento Constitucional	692
3.	Conceito e Natureza Jurídica	692
4.	Generalidades	693
5.	Princípios	693
5.1.	Duplo grau de jurisdição	693
5.2.	Taxatividade	694

5.3.	Unirrecorribilidade	694
5.4.	Fungibilidade.....	695
5.5.	Dialeticidade	695
5.6.	<i>Non reformatio in pejus</i>	695
5.7.	<i>Reformatio in melius</i>	696
5.8.	Voluntariedade	696
5.9.	Disponibilidade	697
6.	Pressupostos.....	698
7.	Interposição e Processamento na Origem.....	699
8.	Efeitos.....	700
9.	Efeito Extensivo	701
10.	Deserção	702
11.	Recurso <i>Ex Officio</i>	702
12.	Dos Recursos em Espécie	703
12.1.	Recurso em sentido estrito.....	703
12.1.1.	Cabimento	703
12.1.1.1.	Hipóteses de cabimento listadas no CPP.....	704
12.1.2.	Prazos.....	708
12.1.3.	Efeitos.....	708
12.1.4.	Interposição e processamento.....	709
12.1.5.	Endereçamento.....	710
12.2.	Apelação.....	711
12.2.1.	Legitimidade	711
12.2.2.	Cabimento.....	712
12.2.3.	Prazos de interposição.....	714
12.2.4.	Efeitos.....	715
12.2.5.	Processamento	717
12.2.5.1.	Juizados Especiais Criminais.....	719
12.3.	Correição parcial.....	719
12.3.1.	Processamento	720
12.4.	Embargos de declaração.....	721
12.4.1.	Prazos.....	722
12.4.2.	Efeitos.....	723
12.4.3.	Interposição e processamento.....	723
12.4.4.	Interrupção do prazo para outros recursos.....	723
12.4.5.	Prequestionamento por meio de embargos.....	724
12.5.	Embargos infringentes e embargos de nulidade.....	725
12.5.1.	Prazo, endereçamento e efeitos.....	725
12.5.2.	Processamento	726
12.6.	Embargos de divergência.....	726
12.6.1.	Regras dispostas no CPC	727
12.7.	Carta testemunhável	728
12.7.1.	Legitimação.....	728
12.7.2.	Prazo.....	728
12.7.3.	Efeitos.....	728
12.7.4.	Processamento	729
12.8.	Recursos especial e extraordinário.....	730

12.8.1. Recurso especial.....	730
12.8.1.1. Cabimento.....	730
12.8.1.2. Requisitos.....	732
12.8.1.3. Prazo e endereçamento.....	733
12.8.1.4. Efeito.....	733
12.8.1.5. Interposição e processamento.....	733
12.8.2. Recurso extraordinário.....	733
12.8.2.1. Requisitos.....	735
12.8.2.2. Prazo e endereçamento.....	736
12.8.2.3. Efeito.....	736
12.8.2.4. Interposição e processamento dos recursos especial e extraordinário.....	736
12.9. Reclamação.....	738
12.9.1. Processamento.....	739
12.10. Recurso ordinário constitucional.....	739
12.10.1. Prazos.....	740
12.10.2. Processamento.....	740
12.10.3. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo do recurso ordinário constitucional.....	740
12.11. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	741
12.11.1. Esclarecimentos iniciais.....	741
12.11.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	741
12.11.2.1. Prazo.....	742
12.11.2.2. Processamento.....	742
12.12. Agravo regimental.....	742
12.12.1. Prazo.....	743
12.12.2. Processamento.....	744
12.13. Agravo em execução.....	744
12.13.1. Prazo e processamento.....	744

CAPÍTULO 23

Revisão Criminal

1. Introdução.....	747
2. Conceito.....	748
3. Prazo.....	748
4. Efeitos.....	748
5. Legitimação.....	748
6. Cabimento.....	749
6.1. Revisão de condenação imposta pelo Tribunal do Júri.....	751
6.2. Revisão nos Juizados Especiais Criminais.....	752
6.3. Revisão em sede de execução penal.....	752
7. Competência para o Processo e Julgamento.....	753
8. Procedimento.....	753
9. Indenização por Erro Judiciário.....	754

CAPÍTULO 24

Habeas Corpus

1. Introdução.....	757
2. Natureza Jurídica.....	757

3. Conceito	758
4. Modalidades.....	758
5. Cognição Limitada.....	758
6. Cabimento.....	759
6.1. Outras situações não listadas	766
7. <i>Habeas Corpus</i> como Substitutivo de Recurso Adequado.....	766
8. Restrições Constitucionais.....	766
9. Legitimidade Ativa e Passiva.....	767
9.1. Legitimidade ativa.....	767
9.1.1. Pessoa jurídica como paciente	768
9.1.2. Desnecessidade de advogado.....	768
9.2. Legitimidade passiva.....	768
10. Competência Jurisdicional	769
10.1. Decisão proferida por turma recursal de Juizado Especial Criminal	771
11. <i>Habeas Corpus</i> Sucessivos.....	771
12. Petição Inicial da Ação	772
13. Processamento.....	773
13.1. No primeiro grau de jurisdição.....	773
13.2. No segundo grau de jurisdição.....	774

CAPÍTULO 25

Reabilitação

1. Introdução.....	777
2. Alcance.....	777
3. Requisitos.....	777
4. Juízo Competente	778
5. Procedimento	778
6. Recurso	778
7. Revogação da Reabilitação.....	779
8. Direito ao Esquecimento. Extinção da Pena e Anotações sobre a Vida Pretérita	779
9. O art. 202 da LEP e a Reabilitação.....	780

CAPÍTULO 26

Relações Jurisdicionais com Autoridades Estrangeiras

1. Introdução.....	781
2. Disposições Gerais.....	781
3. Cartas Rogatórias.....	781
4. Homologação de Sentença Estrangeira.....	784

CAPÍTULO 27

Disposições Gerais

1. Audiências e Sessões.....	787
2. Publicidade dos Atos Processuais	788
3. Comportamento perante o Juiz.....	788

XL CURSO DE PROCESSO PENAL

4. Polícia das Audiências.....	789
5. Prática de Atos Processuais.....	790
6. Prazos	790
6.1. Classificação dos prazos.....	793
7. Retirada de Autos do Cartório.....	793
8. Custas Processuais.....	794
9. Estatísticas Criminais	795
<i>Referências</i>	797